

RESUMO EXPANDIDO - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

**VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Aylla Maria Dos Santos Luz (ayllaluz185@gmail.com)

Alexia Rabelo Damasceno (alexiarabelo1801@gmail.com)

Marcela Wanzerley Sá (marcelawanzersa@gmail.com)

Luiza Gama Nogueira (luizagamanpsi@gmail.com)

Maria Izabelly Ribeiro De Almeida (izaribeiro1605@gmail.com)

Bárbara Araújo Sordi (barbarasordi@hotmail.com)

VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aylla Maria dos Santos Luz

Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ

Alexia Rabelo Damasceno

Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ

Marcela Wanzerley Sá

Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ

Luiza Gama Nogueira

Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ

Maria Izabelly Ribeiro de Almeida

Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ

Orientadora. Prof^a. Dra. Bárbara Sordi

Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ

INTRODUÇÃO

Os discursos de ódio nas redes sociais vêm assumindo um papel cada vez mais preocupante na intensificação de violências simbólicas e virtuais. Essas manifestações, não apenas reforçam estigmas e desigualdades históricas, como também naturalizam práticas discriminatórias direcionadas a grupos socialmente marginalizados, impactando diretamente o bem-estar psíquico das vítimas, além de afetar negativamente os próprios disseminadores e os espectadores desse tipo de conteúdo (Soares, 2025).

De acordo com a Central da SaferNet, grupos vulneráveis foram alvos de diversas violências virtuais. No período de 2017 a 2024, foram registradas 45,6 mil denúncias de racismo, 36,6 mil ocorrências de neonazismo, seguido de 28,3

mil LGBTfobia, 25,9 mil xenofobias e 10,2 mil intolerâncias religiosas. Dentre estes grupos, ressalta-se que as mulheres tiveram maior índice de ataques, sendo registrado o maior número de denúncias em 2021 com 4,9 mil casos, 5,6 mil em 2022 e 4,5 mil em 2023.

Esses números revelam uma cultura digital marcada por discursos misóginos, muitas vezes disfarçados de opiniões ou "humor", mas que sustentam uma lógica de inferiorização das mulheres. Como aponta Zanello (2022), a objetificação sexual é uma das formas mais recorrentes de violência, no contexto virtual são naturalizadas por meio de interações online. Um exemplo disso é o movimento Red Pill, no qual homens incentivam a misoginia e distorcem a realidade, acreditando serem vítimas de um sistema no qual são oprimidos pelas mulheres. Além disso, é comum observar comentários sobre feminicídios em plataformas digitais que frequentemente culpabilizam as vítimas.

Esse cenário impacta diretamente o ambiente escolar, uma vez que crianças e jovens estão cada vez mais conectados, como aponta o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 95% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usam internet no país, estando cada vez mais vulneráveis a conteúdos hostis e discursos de ódio reproduzidos virtualmente que atravessam as relações interpessoais dos jovens, contribuindo para práticas de exclusão simbólica.

Diante desse contexto, este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de uma intervenção psicossocial realizada com estudantes do ensino médio de uma escola pública, voltada à promoção de reflexões críticas acerca das relações de gênero e das violências nas redes sociais.

METODOLOGIA

Inicialmente, realizou-se o diagnóstico em duas etapas, com o objetivo de compreender o contexto e as especificidades da instituição escolar. Esse processo envolveu observações, entrevista com a gestão e a aplicação de um formulário voltado aos estudantes sobre a temática proposta. Na segunda

etapa, por meio da aplicação do formulário online, foram obtidas as opiniões, vivências e expectativas dos participantes em relação ao tema abordado. O instrumento permaneceu disponível por sete dias, possibilitando a participação.

Com os dados do diagnóstico analisados, elaborou-se uma proposta direcionada a/o adolescentes com idades entre 14 e 17 anos, matriculados no primeiro ano do ensino médio em uma escola pública. A intervenção proposta aconteceu da seguinte forma:

O jogo de cartas “Des-construir”, desenvolvido para favorecer a identificação e problematização de situações de violência de gênero nas redes sociais. O jogo apresentou cinco situações-problema inspiradas em contextos recorrentes no ambiente digital, abordando temas como culpabilização da vítima, sexismo em forma de “brincadeira”, ataques a posicionamentos femininos, exposição sexualizada sem consentimento e desvalorização da fala de meninas em espaços virtuais escolares.

Os participantes foram organizados em cinco grupos, cada um mediado por uma discente. Durante aproximadamente dez minutos, cada grupo discutiu sua situação-problema, refletindo sobre conceitos, experiências pessoais e implicações sociais das situações apresentadas.

Após a dinâmica, realizou-se uma roda de conversa mediada pelas facilitadoras orientada pela questão norteadora: “Vocês acham que a internet é um espaço onde a violência de gênero pode acontecer? Como a situação apresentada se define?”. O objetivo foi socializar as reflexões e aprofundar o debate de forma coletiva.

Durante a roda, o debate foi construído de forma dialógica, incentivando que os participantes expressassem concordâncias, discordâncias e experiências pessoais relacionadas às situações apresentadas nas cartas. As mediadoras intervieram quando necessário, reformulando ou traduzindo falas para garantir que todos compreendessem o conteúdo e participassem ativamente do processo.

A atividade teve duração aproximada de 30 minutos e foi conduzida de maneira ética e participativa. Como estratégia complementar, foi apresentado um folder

informativo contendo definições sobre violência de gênero, canais de denúncia e sugestões culturais. Também foi proposto a criação de um mural coletivo sobre o combate à violência de gênero nas redes sociais.

DISCUSSÃO

A intervenção psicossocial realizada com estudantes possibilitou compreender de forma concreta as percepções acerca das relações de gênero e da violência nas redes sociais. Durante a aplicação do jogo, observou-se diferentes níveis de envolvimento e compreensão entre os grupos, revelando como os significados atribuídos ao gênero ainda são marcados por estereótipos e crenças culturais profundamente enraizadas.

Na situação referente à culpabilização feminina por vestimentas, emergiram inicialmente falas que responsabilizavam a mulher pela violência sofrida, evidenciando a naturalização da violência simbólica. A mediação permitiu deslocar a responsabilização da vítima para o autor da agressão, promovendo mudança perceptiva no grupo.

Na discussão sobre memes machistas, discentes demonstraram maior engajamento e reconheceram o machismo como herança cultural reproduzida socialmente, indicando avanço na compreensão estrutural do fenômeno. Já na situação envolvendo ataques a posicionamentos femininos, houve dificuldade inicial em definir violência de gênero, o que reforça a importância de intervenções educativas que trabalhem conceitos de forma acessível. A mediação favoreceu a identificação de violências discursivas frequentemente banalizadas nas redes.

Posteriormente, na situação em que foi discutido o compartilhamento de conteúdo sexualizado sem autorização, os meninos manifestaram opiniões que atribuíam às próprias vítimas a responsabilidade pelas consequências de suas postagens. Essa postura evidencia uma percepção distorcida sobre os limites do respeito e da responsabilidade nas interações virtuais. A leitura do artigo 218-C do Código Penal, apresentada pela facilitadora, provocou silêncio e reflexão no grupo, marcando um ponto de virada na discussão. A partir desse

momento, os discentes passaram a reconhecer que até postagens aparentemente “inocentes” podem causar danos psicológicos e configurar formas de violência.

Na situação que abordava a dificuldade de as opiniões femininas serem reconhecidas e valorizadas, o grupo demonstrou resistência em participar das discussões. Esse comportamento pode estar relacionado tanto à complexidade do tema quanto à insegurança em expressar posicionamentos pessoais diante do grupo. Apesar disso, uma das participantes compartilhou uma experiência vivida, o que possibilitou brevemente o reconhecimento de situações de exclusão e desconforto que se assemelham às violências simbólicas.

A roda de conversa final ampliou o debate, evidenciando que a violência de gênero não se restringe ao ambiente virtual, mas se articula com outras dimensões estruturais, como racismo, desigualdade social e relações de poder. A presença da psicóloga foi fundamental para garantir o manejo ético das falas sensíveis e assegurar um espaço seguro.

De modo geral, a metodologia lúdica e dialógica favoreceu o desenvolvimento do pensamento crítico e o protagonismo juvenil. A experiência demonstrou que, quando mediados de forma sensível, os discentes são capazes de revisar concepções e reconhecer práticas discriminatórias naturalizadas.

CONCLUSÃO

A experiência evidenciou a relevância de ações psicossociais participativas no contexto escolar como estratégias de conscientização e prevenção das violências de gênero nas redes sociais. O uso de metodologias ativas, como o jogo e a roda de conversa, favoreceu a escuta, diálogo e reflexão crítica, permitindo que discentes identificassem formas sutis e explícitas de violência e reconhecessem suas responsabilidades na construção de interações mais respeitadas.

Os resultados reforçam a importância de ampliar espaços de debate sobre gênero nas escolas, considerando as dúvidas conceituais e resistências iniciais

observadas. A intervenção reafirma o papel da Psicologia Escolar e Social na promoção da cidadania, empatia e equidade.

Conclui-se que ações dialógicas, éticas e interativas constituem ferramentas potentes para a promoção de direitos humanos e igualdade de gênero, contribuindo para a construção de ambientes educativos mais inclusivos e para a transformação das práticas violentas naturalizadas nas redes sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Incitação à violência contra a vida na internet lidera violações de direitos humanos com mais de 76 mil casos em cinco anos, ObservaDH. Brasília, 23 jan. 2024.

G1. Estudo mostra que crianças brasileiras estão acessando a internet cada vez mais cedo. Jornal Nacional, 25 out. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2023/10/25/estudo-mostra-que-criancas-brasileira-s-estao-acessando-ainternet-cada-vez-mais-cedo.ghtml>.

SOARES, Marcia Britto de Macedo. O impacto do discurso de ódio na saúde mental.

Disponível em: <https://www.mbmacedosoares.com.br/2025/02/o-impacto-do-discurso-deodio-na-saude-mental>.

VEJA. Movimento Red Pill revela a face cruel e reacionária do machismo nas redes. Veja, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/movimento-red-pillrevela-a-face-cruel-e-reacionariado-machismo>.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura, maternidade e violência. São Paulo: Papirus, 2022.

ZANELLO, Valeska. A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações. Curitiba: Appris, 2022.

Palavras-chave: palavras-chave: relações de gênero; redes sociais; adolescência; intervenção psicossocial; psicologia social.